



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre as denúncias de irregularidades no programa de distribuição de marmitas no âmbito programa Cozinha Solidária do Governo Federal, conforme noticiado pelo Jornal O Globo e outros veículos de imprensa.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitado ao Ministro do Desenvolvimento Social informações detalhadas sobre as denúncias de irregularidades no programa de distribuição de marmitas no âmbito programa Cozinha Solidária do Governo Federal, conforme noticiado pelo Jornal O Globo e outros veículos de imprensa:

1. Segundo as denúncias publicadas pelo Jornal O Globo houve subcontratação de organizações para a execução das atividades previstas no Termo de Colaboração no âmbito programa Cozinha Solidária do Governo Federal. Quais foram as entidades subcontratadas, seus CNPJs e respectivos contratos firmados?
2. O plano de trabalho anexado ao Termo de Colaboração previa a possibilidade de subcontratação? Se sim, quais critérios foram adotados para essa prática?





3. Quais foram os critérios utilizados pelo Ministério para verificar a idoneidade das empresas subcontratadas e sua capacidade de execução?
4. Encaminhe listagem das ONGs envolvidas, com respectivos CNPJs e datas de contratação e valores pagos a cada uma ONGs, detalhando os serviços prestados e a periodicidade dos pagamentos.
5. Como foi conduzido o processo de monitoramento e auditoria dos pagamentos efetuados no âmbito da parceria?
6. Quais foram os critérios utilizados pelo Ministério para verificar o cumprimento das metas antes da liberação dos recursos?
7. Foram realizadas visitas técnicas in loco para fiscalizar a execução do objeto do contrato? Se sim, quantas visitas foram feitas e quais foram os resultados obtidos?
8. Depois da denuncia de irregularidades houve alguma providência tomada para cancelamento do contrato e restituição à União dos Valores pagos por serviços não prestados?
9. Já foram assinados outros contratos ou termos de colaboração com a ONG Movimento Organizacional Vencer, Educar e Realizar? Se sim, favor encaminhar cópias dos processos

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações decorre de denúncias veiculadas pela imprensa sobre possíveis irregularidades na execução do programa de distribuição de marmitas do governo federal, gerido por Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas a membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Conforme apontado pela reportagem do Jornal O Globo, há indícios de subcontratações irregulares, falta de transparência na destinação dos recursos e fragilidades na auditoria dos pagamentos. Diante da gravidade dos fatos narrados, é imprescindível que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome esclareça a regularidade dos contratos e das despesas realizadas.





A subcontratação de empresas na execução de programas públicos exige critérios claros e rígidos para evitar práticas irregulares, como o repasse de recursos a terceiros sem os devidos controles. A reportagem sugere que empresas subcontratadas receberam valores significativos sem um processo de verificação adequado, o que levanta dúvidas sobre a fiscalização realizada pelo governo. Assim, faz-se necessário obter informações detalhadas sobre as empresas envolvidas, seus vínculos contratuais e a compatibilidade entre os pagamentos efetuados e os serviços prestados.

Programas sociais devem ser conduzidos com base em critérios objetivos e impessoais, garantindo que a distribuição de recursos públicos ocorra de maneira isonômica e eficiente. A vinculação de ONGs contratadas com membros do partido do governo levanta questionamentos sobre o processo seletivo adotado. A transparência na gestão de recursos públicos demanda que os pagamentos sejam precedidos de verificações rigorosas quanto à execução dos serviços, de modo a evitar desperdícios e desvios. Caso tenham sido identificadas irregularidades, é essencial que o Ministério esclareça quais medidas foram tomadas para corrigir eventuais falhas e responsabilizar os envolvidos.

Diante dessas circunstâncias, a solicitação de informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome visa assegurar a devida fiscalização dos gastos públicos e a transparência na execução dos programas governamentais. Portanto, aguarda-se o pronto atendimento deste requerimento, de modo a fornecer as informações necessárias à devida apuração dos fatos.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO

